



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE VASSOURAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
R. J.  
Sessão Única

APROVADO EM 1º/08/96

*Capitão*  
Presidente

## **Autógrafo**

Lei nº 1.756

de 19

de AGOSTO

de 19<sup>96</sup>.

### ***Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.***

A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI:**

#### **CAPÍTULO I Da Natureza e Finalidade**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado de caráter paritário, com a finalidade básica de assessorar, normatizar, orientar, acompanhar e fiscalizar o sistema municipal de ensino do Município, na forma do Artigo 166, Parágrafo Único, da Lei No. 1.450, de 05 de Abril de 1990 - Lei Orgânica do Município de Vassouras.

**Parágrafo único** - O âmbito de competência do Conselho Municipal restringe-se à Educação Pré-escolar e Ensino de 1º Grau.

**Art. 2º** - O Conselho Municipal de Educação (CME) terá, respeitadas as diretrizes e bases estabelecidas pela legislação federal e as disposições supletivas da legislação estadual, além das atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual, as seguintes competências:

I - Participar da formulação da política de Educação do Município, analisando e propondo diretrizes educacionais;

II - Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, aplicáveis à educação pré-escolar e ao ensino de primeiro grau do Município;

III - Propor à Secretaria Municipal de Educação escala de prioridades para destinação dos recursos orçamentários, na fase de elaboração da proposta anual de orçamento;

IV. Fiscalizar aplicação dos recursos orçamentários destinados à Educação no Município, buscando assegurar a prioridade do ensino de primeiro grau;

V. - Emitir parecer sobre programas e projetos de organização, expansão e aperfeiçoamento do sistema municipal, a serem executados com recursos próprios do município;

VI. - Emitir parecer sobre programas e projetos que forem objeto de convênios ou acordos com outras esferas de governo ou com entidades públicas ou particulares, especialmente os programas de municipalização do ensino;

VII. - Aprovar o plano municipal de educação;

VIII. - Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade da realização da chamada anual da população escolar.

IX. - Participar da análise de dados obtidos na chamada anual da população escolar, propondo alternativas para a expansão do atendimento;

X. - Fixar critérios e emitir parecer sobre destinação ou cancelamento de recursos públicos municipais concedidos a instituições de caráter educativo na forma de bolsas, convênios ou outros meios.

XI. - Propor programas de capacitação de professores a serem implementados pela Secretaria Municipal de Educação;

XII. - Estabelecer normas para o funcionamento de Conselhos Comunitários em todas as unidades escolares de 1º grau do Sistema Municipal de Ensino Público, com o objetivo de acompanhar o nível pedagógico da escola, assegurada a participação paritária de professores, estudantes e pais ou responsáveis e funcionários do estabelecimento;

XIII. - verificar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino face às diretrizes e metas estabelecidas;

XIV. - Deliberar sobre casos, problemas e situações específicas que se apresentem no município.

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação é composto de 08 membros, nomeados pelo Prefeito dentre pessoas de comprovada atuação na área educacional e de relevantes serviços prestados à Educação.

§ 1º - Haverá 04 representantes do Poder Público do Município, de livre escolha do Prefeito, e 04 representantes de entidades legalmente

CAMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
R.V.  
Discussão única

APROVADO EM 10/08/96

*[Assinatura]*  
Presidente

constituído, com atuação no município, que congreguem usuários, entidades mantenedoras do ensino e profissionais da Educação.

§ 2º - Dentre os membros indicados pelo Prefeito, a que se refere o parágrafo anterior, deverão estar incluídos, professores, diretores, administradores, orientadores, inspetores e supervisores educacionais, com experiência comprovada de no mínimo cinco anos de docência e três anos em cargo técnico em exercício no município.

§ 3º - Os representantes das entidades serão escolhidos pelos seus pares em reunião aberta ao público, previamente divulgado na comunidade.

Art. 4º - O exercício da função de Conselho será gratuito, constituirá serviço relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 5º - A nomeação dos Conselheiros será efetuada mediante decreto do Prefeito Municipal.

Art. 6º - O mandato dos Conselheiros, coincidirá com o mandato do Prefeito, admitindo-se uma recondução.

§ 1º - Na instalação do Conselho, metade dos membros dos representantes do poder público terão mandato de quatro anos e a outra metade de dois anos; os membros representantes das entidades não governamentais, legalmente constituída, terão mandato iguais ao do poder público.

§ 2º - Ocorrido vacância, o Prefeito nomeará o sucessor, observando os critérios adotados quanto da indicação do sucedido, para que complete o mandato interrompido.

§ 3º - O mandato de qualquer Conselheiro será considerado extinto nos casos de renúncia expressa ou tácita, configurando-se esta última pela ausência por mais de 04 reuniões consecutivas, sem justificativa de Plenárias.

§ 4º - Os Conselheiros deverão ser domiciliados no Município.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 7º - É a seguinte a estrutura básica do Conselho:

CAMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
R.V.  
Reunião única  
APROVADO EM 10/08/96

- I- Presidência;
- II- Vice-Presidência;
- III- Secretaria Geral;
- IV- Câmaras.

**Art. 8º - O CME integra a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação como unidade administrativa e orçamentária.**

#### **CAPÍTULO IV DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO**

**Art. 9º - São os seguintes os responsáveis pela direção e assessoramento dos órgãos da estrutura básica do Conselho:**

- I - Da Presidência: um Presidente
- II - Da Vice-Presidência: um Vice-Presidente
- III- Da Secretaria Geral: um Secretário Geral.

**§ 1º - As competências dos Titulares dos Órgãos do Conselho serão detalhadas no Regimento Interno.**

**Art. 10 - A Presidência do Conselho, será exercida pelo(a) Secretário(a) de Educação do Município.**

**Parágrafo único - O Vice-Presidente, será de livre escolha do Presidente.**

**Art. 11 - As funções de Conselheiros serão consideradas de relevante interesse público, tendo o seu exercício prioridade sobre o de quaisquer outras funções.**

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 12 - Dependem de homologação do Secretário Municipal de Educação as deliberações e pareceres do Conselho aprovados por menos de 2/3 (dois terços) do plenário.**

*R. V.*  
*Disseminação Inicial*  
CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
APROVADO EM 1º/01/96

§ - 1º - A homologação das deliberações e pareceres do Conselho será expressa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrada da respectiva documentação no protocolo da **Secretaria Municipal de Educação**;

§ - 2º - Decorrido o prazo referido no parágrafo anterior, sem comunicação ao Conselho de veto do Secretário, considerar-se-ão aprovadas as deliberações e pareceres, por portaria do Presidente do Conselho, expedida dentro de dez dias seguintes.

§ - 3º - O Secretário Municipal de Educação poderá devolver para reexame ou esclarecimento, no prazo a que se refere o § 1º, os atos submetidos à sua homologação, interrompido, neste caso, o aludido prazo.

**Art. 13** - Os projetos de deliberação sobre qualquer matéria de competência do órgão, encaminhados pelo Secretário Municipal de Educação, deverão ser votados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrada no Conselho.

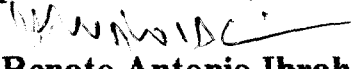
#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

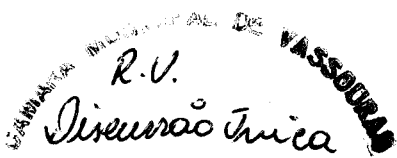
**Art. 14** - As despesas com a instalação do Conselho Municipal de Educação correrão à conta de recursos orçamentários destinados à S.M.E.; enquanto não houver dotação orçamentária própria prevista na Lei Anual de Orçamento Municipal.

**Art. 15** - O Regimento Interno do Conselho, elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias após a sua instalação, deverá ser aprovado por 2/3 do colegiado, e homologado por ato do Secretário Municipal de Educação.

**Art. 16** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vassouras, em 19 de agosto de 1996.

  
**Renato Antonio Ibrahim**  
**Prefeito Municipal**

  
R.V.  
Disseminação única  
APROVADO EM 1º/08/96